



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 394***

*de 12 de dezembro de 2001*

### **"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CHAPADÃO DO SUL - MS, para o exercício de 2002".**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:*

*Art. 1º - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Chapadão do Sul - MS (IPMCS), para o exercício financeiro de 2002, estima a receita e fixa a despesas em igual valor de R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.*

*Art. 2º - A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:*

**1. RECEITA DO TESOURO**

<b>1.1 RECEITAS CORRENTES</b>	R\$	<b>650.000,00</b>
-------------------------------	-----	-------------------

-Receita de Contribuições

-Receita Patrimonial	R\$	50.000,00
----------------------	-----	-----------

-Receita Industrial	R\$	0,00
---------------------	-----	------

-Transferências Correntes	R\$	0,00
---------------------------	-----	------

-Outras Receitas Correntes	R\$	16.000,00
----------------------------	-----	-----------

<b>TOTAL</b>	R\$	<b>716.000,00</b>
--------------	-----	-------------------

**1.2 RECEITAS DE CAPITAL**

-Operação de Crédito	R\$	0,00
----------------------	-----	------

-Alienação de Bens	R\$	0,00
--------------------	-----	------

-Amort. De Empréstimos	R\$	100.000,00
------------------------	-----	------------

-Transferências de Capital	R\$	0,00
----------------------------	-----	------

-Outras Receitas de Capital	R\$	0,00
-----------------------------	-----	------

<b>TOTAL</b>	R\$	<b>100.000,00</b>
--------------	-----	-------------------

<b>TOTAL RECEITAS</b>	R\$	<b>816.000,00</b>
-----------------------	-----	-------------------

*Art. 3º - A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais), importando o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil e reais).*

*Art. 4º - A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:*

**DESPESA**

**DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA**

-Despesas Correntes	R\$	305.000,00
---------------------	-----	------------

-Despesas de Capital	R\$	511.000,00
----------------------	-----	------------

-Reserva de Contingência	R\$	0,00
--------------------------	-----	------

<b>TOTAL</b>	R\$	<b>816.000,00</b>
--------------	-----	-------------------

*Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:*

*I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a III do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964;*

*II - realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do Art. 167 ambos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*

*Parágrafo Único - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:*

*I - para atender despesas com pessoal e com encargos sociais;*

*II - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei;*

*III - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.*

*Art. 6º - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.*

*Art. 7º - Esta LEI entrará em vigor em 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.*

*Chapadão do Sul - MS, 12 de Dezembro de 2001.*

*JOÃO CARLOS KRUGPrefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 394/2001 - 12 de dezembro de 2001*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*